

# **Mulher, educação e sexualidade nos anos iniciais do século XX: o pensamento da médica Ítala Silva de Oliveira.**

Mislene Batista Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho foi realizado com intuito de trazer mais informações sobre a trajetória historiográfica da História das Mulheres; explicitando as razões pelas quais uma mulher médica, Ítala Silva de Oliveira nos anos iniciais do século XX, resolveu escrever sobre sexualidade e educação sexual, enfrentando assim toda uma sociedade extremamente machista, patriarcalista e com ideais religiosos bastante arraigados. Para este estudo nos apoiamos em bibliografia para compreender a discussão de gênero na historiografia. Nossa fonte foi a tese médica que Ítala Silva de Oliveira elaborou para finalizar o curso de medicina na Bahia em 1927. Do seu pensamento, ressalta-se orientação categórica que a mulher deve ter os mesmos direitos que o homem no que tange a educação, ao casamento e a sexualidade.

**Palavras-chaves:** Mulher; educação; sexualidade.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura plena em História – pela Universidade Federal de Sergipe.  
Artigo de conclusão de curso 2016.2, sob orientação da profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio. E-mail: [mislene.tj@gmail.com](mailto:mislene.tj@gmail.com)

# 1. INTRODUÇÃO

Trabalhamos com o tema “história da mulher e educação sexual feminina”. Passamos a nos interessar pela história das mulheres no decorrer do curso de graduação em Licenciatura Plena em História. Causava-nos um tanto de indignação observar - durante as aulas e durante a leitura de alguns materiais didáticos (livros, artigos científicos, revistas, etc.) - que a figura feminina quase não aparecia com alguma importância na história e, quando aparecia era muito criticada, mostrando o caráter excludente o qual foi escrito nossa história, durante muitos séculos.

Observa-se assim que falar de mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. A prova disso é que havia o falso achismo de que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo contempladas (SOIHET, 2011). Era dessa maneira que se escrevia a história durante o século XIX e início do século XX. Porém, as coisas começam a mudar a partir da década de 1920, quando emerge o grupo dos Annales, tendo como seus representantes Marc Bloch e Lucien Febvre. Esses teóricos direcionavam seu interesse para a história de seres vivos concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal. À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia (Ibidem). Embora estejamos avançando e melhorando nesse sentido. Isso tem ocorrido de forma gradativa, noto ainda uma necessidade de, como diz Margareth Rago (2015) numa introdução para a Revista Temporalidades:

Os estudos de gênero e sexualidade... tem muito a contribuir, sobretudo no sentido político de desfazer estigmas, ampliar questionamentos, reforçar denúncias, trazer à tona passados silenciados e incitar a produção de modos mais humanizados de vida, ou seja, modos capazes de perceber o outro e respeitá-lo em sua positividade (p.22).

Verifica-se que a história das mulheres percorreu um longo caminho até ser inserida na historiografia. Trajeto esse, trilhado com muitas lutas e conseguido de forma gradativa a partir do século XX. Surge então a importância de saber como e porque uma mulher no início do século XX, foi audaciosa, corajosa a ponto de escrever sobre “sexualidade e educação sexual”.

Como era a educação voltada ao público feminino naquela época? Por que Ítala Silva de Oliveira acha de suma importância a educação sexual? Em seu modo de ver, de quem é a responsabilidade de educar sexualmente e em que fase da vida o fazer? Do ponto de vista da autora, o que, já naquela época, era necessário para que o homem passasse a respeitar a mulher e a reconhece-la como sua ajudadora, companheira e não como um ser inferior? Para Ítala, qual a importância do trabalho, tanto para o homem quanto para a mulher? E ainda, conforme o pensamento da referida autora, por que a Educação Sexual é tão importante, em especial para a mulher? O que levou uma figura feminina a enfrentar todos os preconceitos e tabus impostos por uma sociedade voltada e centralizada para a figura masculina, a escrever sobre sexualidade e educação sexual? Sendo que, na maioria das vezes, a mulher não era ouvida em outros assuntos, quanto mais ao falar sobre sexo e ter o seu ponto de vista sobre sexualidade exposto nos anos de 1927!

Muito além disso, Ítala Silva de Oliveira foi para o estado da Bahia, mais precisamente para a cidade de Salvador nos anos 1921, com o objetivo de cursar medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, “diplomando-se como parteira em 1922”. A obra “Da sexualidade e da educação sexual”, foi produzida pela já citada autora com o objetivo de conseguir o título de “Doutora em Ciências Medico-Cirúrgicas”, no ano de 1927(FREITAS, 2003.p.89). No presente trabalho faremos a análise da obra “Da sexualidade e da educação sexual”, da médica Ítala Silva de Oliveira.

Para investigarmos fatos e acontecimentos recorreremos sempre a fontes de informações, as quais normalmente chamamos apenas de Fontes. Essas “fontes” podem ser escritas, orais, imagens ou vestígios materiais. Assim como na construção de um mosaico, em que usamos peças diferentes para dar o formato a uma figura; assim é o trabalho do historiador. No corrente trabalho utilizaremos diversas fontes como: livros, vídeos, entrevistas, artigos, monografias, etc. todas as minhas leituras estarão voltadas para a questão de gênero, história das mulheres, sexualidade feminina e educação sexual. Nossa fonte principal é a referida tese de conclusão do curso de Medicina “Da sexualidade e da educação sexual”.

E, durante esse trabalho, realizamos uma abordagem da trajetória dos estudos da mulher e do gênero na historiografia. As influências que tiveram os Estados Unidos e a Europa nessa nova maneira de escrever a história. Os caminhos por onde se enveredaram esses estudos em nosso país e o desenvolvimento desse tipo de história no Brasil.

Além disso, elaboramos uma caracterização da figura feminina em Sergipe nas primeiras décadas do século XX. Num esforço em fugir do anacronismo, buscamos pensar como era o nosso estado nessa época. Esforçamo-nos ainda em expor como era a educação

superior feminina nesse período. E mais, quais e como as mulheres conseguiram se tornarem médicas.

Em seguida executamos a análise da tese acima referida, buscando explicitar qual o ponto de vista de Ítala com relação a Sexualidade, Educação e Educação Sexual nos anos de 1927.

Prosseguimos finalizando com as considerações finais.

A história das mulheres é relativamente recente em nossa historiografia. Pois apenas a partir do século XX, com o surgimento da Escola do Annales, é que passou-se a preocupar-se com outras figuras, que embora não reconhecidas anteriormente, porém não menos importante para a construção de nossa história, estavam sendo excluídas dela. Figuras essas, as quais podemos citar o escravo, os ciganos, os homossexuais, operários, negros e as mulheres. Focaremos nosso discurso nessa última figura.

Devido a essa transformação gradativa na historiografia, houve o desenvolvimento de novos campos tais como a história das mentalidades e a história cultural reforçando o avanço na abordagem do feminino (SOIHET, 2011). Seguindo esse raciocínio observamos então, que a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito. É na luta pela visibilidade da questão feminina, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contra discurso feminista (RAGO, 2012). Vemos ainda que os temas da mulher e do gênero foram incorporados as questões colocadas pela historiografia marxista, sem ter nascido a partir dela, enfrentando, aliás, serias dificuldades em seu interior. Sabemos como a questão das relações entre os sexos, a história da sexualidade e do corpo, as lutas políticas das mulheres foram secundarizadas no marxismo, em relação a questão da luta das classes (ibidem). É notável que o avanço que tivemos nas últimas décadas na historiografia é animador, em especial, no tocante ao que trata das questões femininas.

## **2. BREVE RELATO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA**

Embora possa parecer que a “História das Mulheres” seja algo recente, só parece! Porque, na verdade há muito que as mulheres vem tendo um importante papel dentro da história. Mesmo em uma época em que o sexo feminino era totalmente desvalorizado, as mulheres lutavam por seus direitos e ainda que escassos, alguns historiadores chegam a desenvolver estudos sobre as mulheres (SOIHET, 2011). A caráter de exemplo, podemos citar o século XVIII, também conhecido como Século das Luzes, pelo surgimento do Iluminismo<sup>1</sup>.

E é justamente no período iluminista que as mulheres começam a ganhar visibilidade na história - (destacamos porém, que não é a partir daí que as mulheres passam a serem inseridas na historiografia como objeto de pesquisa) - inicialmente, por meio de alguns filósofos franceses os quais começaram a fazer reflexões sobre a mulher e sua condição social. Na cidade de Paris, há relatos de que diversas mulheres da elite parisiense passaram a organizar reuniões de intelectuais e pensadores para debater ideias, autores e pensamentos políticos e filosóficos.

Já na Inglaterra, a célebre figura e estudiosa Mary Astell é citada como uma das primeiras vozes femininas a se levantar almejando uma posição mais significativa para as mulheres. Embora o nome de Astell tenha sido pouco estudado nos meios acadêmicos, mas seus textos são fundamentais para uma maior compreensão do mundo particular que as mulheres habitavam no século XVIII (GOMES, 2011). A feminista Simone de Beauvoir mostra que no século XVIII, homens profundamente democratas encaram a questão feminina com objetividade. Simone de Beauvoir (1970) cita como exemplo Diderot, Stuart Mill, entre outros, os quais defendem a mulher com ‘ardor’ e trabalharam no esforço de demonstrar que “a mulher é, como o homem, um ser humano”. A autora aponta ainda que

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. (1970, p.17).

A historiadora de gênero Rachel Soihet (2011), aponta para o fato de que na França, os estudos sobre o trabalho feminino progrediram, de início, em razão das contribuições de sociólogas como Madelaine Guilbert e Evelyn Sullerot.

A historiadora Joana Maria Pedro (2005), cita em um de seus artigos, a feminista Andrée Michel, a qual alertava em seu livro “O feminismo” publicado na França em 1979, para a questão de que, “apesar de inúmeras mulheres francesas terem participado do esforço em pôr um fim nas guerras coloniais - até mesmo citando tais mulheres - a história se esqueceu delas, trazendo apenas nomes masculinos e dando visibilidade apenas para enfermeiras pelo fato de estas desempenharem uma função aceita pelos homens como feminina(p.83).” Com respeito a isso, a historiadora Margareth Rago (1998), mostra que os homens se sentiam no direito de incluir ou excluir o elemento que julgasse mais importante na história. Ela assinalou “as mulheres, portanto, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar(p.91)”, mostrando assim, o sentimento de superioridade da figura masculina em relação à feminina.

Notamos também que nos Estados Unidos houve significativas modificações na historiografia, articuladas a exploração do feminismo, a partir de fins da década de 1960, essas transformações tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas a condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres.

Podemos apontar como fator colaborador para os avanços nesse campo historiográfico os historiadores dos Anais, embora estes teóricos não tenham tratado diretamente do tema “mulher”, pelo menos, inicialmente. Mas, seguindo sua linha de pesquisa a qual buscava escrever uma história de seres vivos concretos, e a trama de seu cotidiano em vez de ater-se a uma racionalidade universal, podemos dizer que contribuíram para alavancar esse tipo de história num futuro próximo. O que também contribuiu para o aumento desse tipo de escrita foi o desenvolvimento de novos campos historiográficos como a história das mentalidades e a história cultural (SOIHET, 2011).

Além disso, a onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos de 1960, contribuiu ainda mais para o surgimento da História das Mulheres. O movimento foi desencadeado nos Estados Unidos e se expandiu por outras partes do mundo como a França, Inglaterra; chegando até o Brasil, por volta de 1970. A partir de então, é que a História das Mulheres adquiriu expressão, em nosso país. Inspiradas por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos excluídos (PINSKY, 2009). É interessante destacarmos também que, anteriormente a década de 70, e por volta da década de 60, no Brasil,

mesmo sob o contexto desfavorável do autoritarismo dos governos militares, as mulheres entraram em cena, se tornaram visíveis ocupando espaços sociais e políticos, com destaque para sua presença nos movimentos sociais, na luta contra a carestia e pela anistia política (SOIHET, PEDRO).

Enquanto isso na França por volta dos anos 1973, surgiam cursos e grupos de pesquisas dando um enfoque especial para as mulheres, tendo como objeto de análise: *Penelope. Cahiers pour l'histoire des feme*. Porém, esse movimento só ocorreu devido a mobilização e exigência de estudantes universitários franceses. Quanto ao processo de emergência do tema, ainda nos anos 70, tanto na produção historiográfica como em outras áreas, tinha como pressupostos reintegrar as mulheres à história e restituir a elas sua história, nesse momento foi priorizado o tema do trabalho feminino, em particular, o trabalho fabril (MATOS,1998).

Com relação as mulheres e trabalho, Rachel Soihet (2011) apresenta a opinião de alguns autores, como Scott e Louise, que se contrapõe a Engels e Willian Goode. Pois “esses últimos, dizem que a inserção da mulher na indústria moderna libertaria a mulher trabalhadora da opressão familiar” (p.272). Já as primeiras autoras dizem que essa é uma maneira universalizada de “mulher” que os autores usam, tomando as mulheres apenas das classes médias como base. Esquecendo-se que as mulheres de segmentos populares sempre trabalharam, tanto na cidade como no campo. SOIHET (2011) cita ainda que nos Estados Unidos mulheres que desempenhavam trabalhos essenciais como atividades no campo, costura, cozinha, criação de filhos, faziam parto, vigiavam criança para mulheres que trabalhavam fora de casa, manufaturavam, vendiam bebidas alcoólicas, mascateavam, penhoravam, criavam e vendiam galinhas, ovos e vegetais e ainda aceitavam pensionistas. Essas mulheres, mesmo quando a atividade era remunerada, respondiam aos censos populacionais que não trabalhavam, dificultando assim, uma avaliação mais precisa nesse sentido.

Mesmo as mulheres que trabalhavam em fábricas, no decorrer do tempo a quantidade foi muito reduzida, pelo menos nos Estados Unidos. Embora na Europa tenha ocorrido o contrário. Ao longo desse período, alguns enfoques foram sendo dados em diferentes áreas relacionado ao tema mulheres. Focalizando não mais apenas as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também nos campos da maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros (SOIHET,2011). Uma abordagem micro-histórica, por assim dizer em que destacam-se umas poucas figuras femininas que viveram durante um determinado período da história humana.

Mostrando assim que nunca houve uma passividade feminina em face ao patriarcalismo ou a figura masculina. Mas sempre houve resistência ou tentativa de resistir. Ainda segundo

SOIHET a “emergência das mulheres como um campo de estudo não só acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais, como envolveu a expansão dos limites da história” (2011, p.265).

Com base nas discussões de que apesar das mulheres serem uma categoria homogênea e terem uma essência feminina, elas tem suas especificidades enquanto mulher. É que, dentro desses diálogos surge o antagonismo homem versus mulher (SOIHET, 2011). Daí em diante vai passando a ficar visível a questão de gênero. Pois só existe gênero o feminino em oposição ao masculino. Apesar dessa diferenciação de gênero, seria necessário estudar e analisar a individualidade dentro do contexto a cada um pertencente, quer de gênero, classe ou raça. Em determinado momento da história, as mulheres não aceitavam mais que sua história fosse citada apenas como “história da mulher” pois era uma forma generalizante de se referir, sem se ater as suas especificidades, sem olhar para “a diferença dentro da diferença”.

Com respeito a isso, pode-se dizer que de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. As mulheres passam então a reivindicar a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (RAGO, 1998).

Não é à toa que Mary del Priore (2006) diz que “a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos” (p.7).

Ainda se referindo ao desenvolvimento do tema das Mulheres na historiografia, Rachel Soihet aponta que

O desenvolvimento da história das mulheres, articulado às inovações no próprio terreno da historiografia, tem dado lugar a pesquisas de inúmeros temas. Não mais apenas focalizam-se as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também introduzem-se novos temas na análise, como a família, a maternidade os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros (2011, p.268).

Vê-se então, a necessidade de fazer a História das Mulheres analisando as diferenças existentes entre um mesmo sexo. Seja em que âmbito fosse essa diferença: quer de classe social,



raça, educação, religião ou outros. O fato é que há essas diferenças e há necessidade de serem levadas em consideração, ao escreverem suas histórias.

E foi a partir da década de 1970 que a História das Mulheres adquiriu expressão, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, enfatiza temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos excluídos (PINSKY, 1994). Pode-se dizer também que o avanço da História das Mulheres deveu-se aos novos rumos seguidos pelas tendências historiográficas, tanto no exterior quanto no Brasil, que ganharam força nesse período (GOMES, 2010). Dentro de todo esse cenário, as mulheres vinham conquistando seu espaço nos círculos universitários e já vinham produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Isto é, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos (RAGO, 2012).

Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. A história necessitava desse enfoque diferenciado, isso seria uma forma de libertação dos temas históricos, e libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária (COLLING, TEDESCHI, 2015). Num contexto de contínuo progresso historiográfico, rumo ao aperfeiçoamento de uma nova ciência, é que a produção historiográfica brasileira sobre as mulheres, nos anos 80, apresenta variadas abordagens, que analisam aspectos diferenciados da questão, tornando-se uma contribuição significativa, onde poderes e lutas femininas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados (MATOS, 1998).

É também na década de 1980 que, surge, entre as historiadoras que escreviam sobre a história das mulheres, a *categoria* de análise “*gênero*”, passando a ser utilizada desde então, para se referir às diferenças entre os sexos. A *categoria gênero* encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional (MATOS, 1998). O conceito de gênero passa a ser usado para definir as relações sociais entre os sexos.

Considerado um termo mais neutro, o gênero busca trazer maior cientificidade ao historiador na academia. O *conceito de gênero* surge não para substituir a história das mulheres, mas, justamente para trazer às discussões o feminino e o masculino. Logo, desconsiderar esses fatos consiste em errar mais uma vez (HOT, 2007). É importante esse desenvolvimento na história, pois uma das propostas da história preocupadas com o gênero é entender a importância,

os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos (PINSKY, 2009).

Podemos notar também que com o avanço nesses estudos, ampliou-se as possibilidades de enfoque e até de métodos a serem usados. Pode-se citar como exemplo a década de 1990, quando os estudos se ampliaram e diversificaram em termos temáticos, de abordagem e focalizando vários momentos. Incorporaram, mesmo que tardiamente a questão da violência numa perspectiva histórica, aprofundaram as investigações sobre imaginário feminino, diversificaram a documentação, utilizando criativamente a música, a literatura e os cronistas, a imprensa, o cinema e a mídia (MATOS, 1998). Além disso, é inegável a contribuição que os estudos de gênero fornecem para a historiografia, mas, apesar disso, ainda há muito mais por ser feito, já que grande parte das confissões a serem conhecidas ainda está encoberta por segredos inexplorados.

Nesse sentido, os *estudos do gênero* reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável (MATOS, 1998). Não se trata da supervalorização ou da exaltação de um tema em detrimento a outros. Seria ilusão, senão um tanto de exagero achar que as mulheres vieram libertar o mundo. No entanto, como diz Margareth Rago:

À pluralização possibilitada pela negociação entre os gêneros é fundamental não só para a construção de um novo pacto ético, mas para a própria construção de um ser humano menos fragmentado entre um lado supostamente masculino, ativo e racional e outro feminino, passivo e emocional. A superação da lógica binária contida na proposta da análise relacional do gênero, nessa direção é fundamental para que se construa um novo olhar aberto às diferenças (1998, p.93).

É de fato evidente que, a *categoria gênero* ampliou o seu espaço na produção historiográfica, trazendo a dimensão analítica do sexo para as experiências sociais em detrimento do determinismo biológico e natural que supostamente regia as distinções e relações entre homens e mulheres (GOMES, 2010). Com certeza a *categoria de gênero* não substitui nenhuma outra categoria, visto que todos os objetos históricos são importantes para que consigamos conhecer o nosso passado e compreender o nosso futuro.

Assim sendo, a *categoria gênero* não vem substituir nenhuma outra, mas, num intuito de atender a necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual. O sexo participou indubitavelmente e de forma central na construção histórica

de nossa identidade pessoal e coletiva, especialmente no Brasil, mas foi por muito tempo colocada à margem na leitura das práticas sociais (RAGO, 1998).

Já que superamos o mito do determinismo biológico e natural, voltemos um pouco a atenção para o cultural e social existente em nossa sociedade. Analisemos os fatos a partir do diálogo constante no campo interdisciplinar dos *estudos de gênero*, emerge o enfoque cultural na história o que possibilita recuperar outras manifestações passadas da experiência coletiva e individual de mulheres e homens, destacando que o social é historicamente construído, nele as experiências sociais femininas e masculinas diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas.

Nesse sentido, é importante observar as diferenças sexuais enquanto construções culturais, linguísticas e históricas, que incluem relações de poder não localizadas exclusivamente num ponto fixo, o masculino, mas presente na trama histórica (MATOS, 2013). A partir dessas observações, passamos a compreender que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século XIX, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistema de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente (RAGO, 1998). É tão importante e fundamental que se fizesse o estudo sobre as mulheres para entre tantos mitos, banalizar a visão que ainda se tinha até o século XIX de que o cérebro das mulheres não estavam adaptados a estudos superiores, o que serviu de pretexto para vetar o ensino a elas, que tiveram de batalhar arduamente para ter acesso a todas as carreiras de ensino e profissão. Exigia-se delas que desempenhasse bem suas funções de reprodutoras e de amparo afetivo na criação dos filhos (COLLING, TEDESCHI, 2015).

Deu-se a função de "desmitologizar" ao historiador com suas pesquisas, seus métodos, desconstruir o já estabelecido. E para desconstruir um objeto histórico tem-se que simplesmente mostrar a sua historicidade, mostrar como ele foi construído (COLLING, TEDESCHI, 2015). Com toda essa discussão percebemos então que, o caminho é longo para a desestabilização dos discursos produzidos pelas práticas culturais, pois a cultura também tende a condicionar a visão de mundo, o certo e o errado, o lugar e o não lugar, o dentro e o fora dos padrões sociais. Em vista disso, compreende-se que é preciso fazer uma interlocução entre os estudos sobre o corpo, gênero e sexualidades, pois só assim poderemos entender que eles se interligam e que dificilmente poderemos compreendê-los separadamente (DIAS, 2015).

Longe de acharmos que a problemática com relação a História das Mulheres tenha sido solucionada com a inserção da *categoria de gênero* nas instituições acadêmicas, e o fato de as mulheres estarem ganhando um enfoque e uma maior visibilidade nos trabalhos acadêmicos, é

importante atentarmos para o fato de que, ainda temos um longo caminho a percorrer pois, o cenário atual encontra-se caracterizado pela divergência de posições, debates e controvérsias promissoras, coincidindo com a diversidade de correntes da historiografia contemporânea. Se a princípio as ações se concentraram em reparar a exclusão feminina no passado, hoje ainda resta batalhar pela legitimidade do campo frente às reticências dos que persistem vinculados aos paradigmas universalizantes. Como antes, os silêncios e invisibilidades serão transpostos usando de criatividade, sensibilidade e imaginação (MATOS, 2013, p.11).

## **2.1 A EDUCAÇÃO FEMININA EM SERGIPE**

A transição do Império<sup>2</sup> para República<sup>3</sup>, ocorreu em fins do século XIX. Foi um período marcado por muitas mudanças em todo país. Acreditava-se que, com essa nova forma de governo, haveria uma modernização e transformações significativas no Brasil. E, para Sergipe esperava-se o mesmo. Assim sendo, houve em nosso estado mudanças diversas. Entre elas podemos destacar não somente as ocorridas nas estruturas físicas de muitas cidades sergipanas, principalmente em nossa capital, Aracaju. Mas, também as mudanças ocorridas na sociedade e no sistema educacional sergipano.

Quanto as mudanças ocorridas na capital, especificamente a partir das primeiras décadas do século XX, destacaremos inicialmente a face contraditória de seu desenvolvimento. Contraditória porque, à medida que se expandia; que eram realizadas diversas obras de melhoramento; que eram instauradas indústrias, as quais geravam empregos; e que sua população aumentava. Por outro lado, segundo o professor/historiador Antônio Lindvaldo Souza(2010), “os melhoramentos materiais e demais benefícios realizados atingiam positivamente a uma faixa da população, a outra - a mais numerosa - ficava à margem dos benefícios e era submetidas a controles que colocavam suas vidas a serviço do capital” (p.157).

Havia, numa esperança de buscar uma vida melhor, uma constante migração de homens pobres vindos do campo (SOUZA, 2010). Essa migração de homens pobres para Aracaju, ocorria por Estes, estarem influenciados pelas mudanças que se processavam e, respectivamente, por questões emergenciais que sofriam o campo (SOUZA, 2010). E esse aumento desordenado da população, ocorridos por volta da década de 1920, para o centro da capital, acarretava em dificuldades tais como os constantes problemas de saúde.

Os altos índices de mortalidade infantil era o registro mais claro da precariedade da saúde existente entre os indivíduos pobres... A falta de prolongamento das redes de esgotos contribuía para que, em épocas de chuvas,

a cidade ficasse contaminada por focos de doenças as mais diversas. Era justamente nas casas dos pobres que as doenças tornavam-se mais corriqueiras (SOUZA, 2010. p.156).

Com respeito a isso, a professora Anamaria de Freitas(2003) confirma, até certo ponto, essa visão quando diz que “a urbanização, assim como a implantação das indústrias têxteis e de grandes empresas comerciais, principalmente na capital, contribuiu para o fortalecimento das camadas médias no Estado... O crescimento da população de Aracaju, na primeira república, além das questões econômicas e comerciais, como a instalação de duas grandes indústrias têxteis – a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial, podem ser explicados pela grande migração do interior para a capital, entre outros fatores na década de 20. A modernização da cidade, a maior oferta de oportunidades de emprego e de escolaridade, aumentaram os atrativos para este processo migratório” (p.182).

Além disso, a falta de Educação era também apontada como um fator corroborador da situação descrita anteriormente. E juntos, expandia bolsões de exclusão social (MELLO, 2016). Apesar de tudo, a ideia de educar para progredir, foi bem disseminada também em nosso estado, onde houve um certo empenho por parte de alguns em implementar um sistema educacional que alcançasse o máximo de pessoas possíveis.

Não podemos deixar de destacar também o cenário de revoltas ocorridas em Sergipe. A mais conhecida revolta da época no estado é a tenentista, ocorrida nos anos 1924. Embora muitos se refiram a essa revolta como sendo uma revolta de tenentes. A historiadora Andressa Maynard(2008) diz sobre essa Revolta Tenentista: “dadas as circunstâncias em que aconteceu, e as proporções que tomou, a revolta não se restringiu ao meio militar. Em Sergipe os rebeldes foram às ruas. Não era possível ser indiferente ao que estava acontecendo.”

Em seguida a autora sugere que os soldados tiveram o apoio da população. Devido a mesma, estar insatisfeita com a grande desigualdade social que predominava no estado, naquela época. A visão de que a modernização e progresso de nossa nação se faria por meio da Educação, foi bem difundida no país. Comprovamos isso a partir do que disse Dilma Maria de Oliveira:

A República nasce acompanhada da cresça da necessidade de remodelação da ordem social, política e econômica, e da convicção de que a educação seria o mais forte instrumento para a consolidação do regime republicano e para a construção do país moderno, capaz de oferecer ao povo as condições de sua inserção no regime democrático representativo (2004, p.1).

Mas, embora os tempos modernos tivessem chegado à Sergipe, o grau de analfabetismo ainda era muito grande e a exclusão social relegava os pobres aos serviços prestados à terceiros

como lavradores e farinheiros [homens], parteiras, domésticas, lavadeiras ou fiandeiras [mulheres] (MELLO, 2016).

Em se tratando de Educação Feminina, a situação agrava-se ainda mais. Embora, desde o Segundo Reinado<sup>4</sup>, passamos a ouvir falar, mesmo que de forma iniciante, que a educação feminina é importante para a então província, no entanto, o acesso a mesma ainda é muito restrito, quase inexistente para uma boa parcela da população. Em Sergipe, os colégios secundários de orientação leiga ou religiosa, fundados e mantidos por particulares, tiveram papel relevante nas últimas décadas do império. Sem estarem sujeitos, em sua maioria, a qualquer inspeção governamental, esses estabelecimentos, estimulados pela concorrência, formavam a vanguarda do pensamento educacional, pela adoção de modernas técnicas de ensino, pelo impulso dado pelo estudo da ciência e pela ênfase emprestadas as línguas modernas (FREITAS, 2002).

Ainda referente à educação, observamos que anteriormente a proclamação da república, vinham sendo realizadas tentativas de organização e melhoramentos no que tange a Educação em nosso Estado. Assim sendo, em 1827, foi criada a Lei de 15 de Janeiro, que prescrevia a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais habitados para a população livre. A referida Lei representou um grande avanço para a educação feminina, pois com ela a mulher ganhou o direito legal à educação Pública. A criação de escolas de primeiras letras para meninas possibilitou às filhas dos pobres à inserção ao ensino público do país (ANDRADE, 2007).

Porém, somente quatro anos após ter sido criada a Lei de 15 de janeiro; em 1831, é que as primeiras escolas para meninas foram abertas em Sergipe. Inicialmente, apenas em algumas cidades, tais quais: São Cristóvão, Estância, Laranjeiras e Propriá. É importante salientar que a falta de estrutura e de recursos para tocar em frente a inserção da educação pública em Sergipe, dificultou bastante esse processo de desenvolvimento educacional no Estado.

Mesmo assim, nos anos 1835 foi promulgada pelo presidente da então província de Sergipe; o Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, a Carta da Lei de Instrução, que tinha por objetivo regulamentar o ensino na província e garantir o acesso ao ensino público. Isso não quer dizer que os problemas educacionais foram solucionados, muito pelo contrário, eles coexistiram à Lei. Tanto que a expansão de vagas nas escolas públicas acontecia de forma lenta, assim como a criação de escolas específicas para meninas. Mas, apesar de o ensino feminino representar um desafio para os governantes houve empenho para colocá-lo em evidência.

Entre os desafios enfrentados nesse período estava o fato de que na sociedade da época existia um extremo conservadorismo. Uma estrutura familiar em que predominava o patriarcalismo, vinculado as fortes doutrinas religiosas, dificultando ainda mais o acesso das mulheres a frequentarem as aulas. Nesse contexto, é implementado o sistema da Co-educação, o qual, já na Primeira República foi, condenado por muitos educadores e legisladores. Entretanto, segundo a professora Anamaria de Freitas

Esta medida acabou sendo adotada muito mais por questões econômicas e em escolas localizadas em municípios distantes da capital e dos centros urbanos mais importantes. No entanto, a medida além de ampliar o acesso das meninas à educação pública, permitiu maior espaço para o exercício do magistério às professoras (2002, p.2).

O sistema de ensino nessa época foi dividido em Ensino primário e ensino secundário. Importante destacar que embora a educação tenha, de forma gradativa, se tornado pública. Seu acesso ainda era restrito. Apenas uma pequena parcela da sociedade conseguia estudar. Grande parte da população não era atendida, nem mesmo nas escolas públicas, e os índices de analfabetismo era alarmante, em Sergipe. E, em se tratando da parcela feminina, era ainda pior. Assim sendo, a maioria das mulheres que tinham acesso à educação não avançavam além do ensino primário, chegando no máximo, ao ensino secundário. E, as escolas buscavam estimular as atitudes e habilidades ditas femininas. Pouquíssimas tiveram acesso às universidades nesse período. Afinal, até o fim do império, era considerado impróprio as mulheres cursarem uma universidade. Porém, a partir de 1901, com a criação do Código de ensino Eptácio Pessoa o acesso ao ensino superior para as mulheres passa a ser regulamentado. Embora, deixemos claro, algumas poucas mulheres durante o imperialismo, cursaram faculdade. Quando tiveram a permissão de seus pais ou maridos.

Apesar disso, vemos que em Sergipe, durante o processo de instauração da república, especificamente entre as décadas de 1910 e 1920, a escolarização de meninas e jovens é ampliada, com o aumento de números de vagas nas escolas públicas havendo até mesmo um aumento nas matrículas do ensino primário e normal e a criação de colégios particulares femininos e mistos (FREITAS,2002).

Mas, para que o ensino progredisse, era necessário que tivessem profissionais capacitados para tal atividade. Pensando nisso, surge as escolas normais. Sergipe foi uma das províncias a qual foi implementada a escola normal, em 1877. A Escola Normal, em Aracaju, passou a funcionar em prédio próprio em 1911, próximo à catedral, no centro de Aracaju... A possibilidade de realizar o curso normal, era para as jovens sergipanas no final do século XIX

e no início do século XX, uma das únicas oportunidades de continuarem estudando, e se prepararem para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar (FREITAS, 2003). Já que o curso secundário masculino procurava, principalmente, encaminhar os rapazes para os cursos superiores ministrados na Europa, enquanto que a educação feminina tinha como princípio fundamental preparar a mulher para o casamento.

As instituições de ensino que se destacaram em Sergipe foram a Escola Normal e o Colégio Atheneu Sergipense, primeiro estabelecimento de ensino secundário de Sergipe; criado em 1870 e que aos poucos foi aceitando alunas. A partir do Decreto baixado em 14 de março de 1890, que reformou a instrução pública no Estado, a Escola Normal e o Atheneu, passam a ser mistos e respondem pelo ensino secundário no estado de Sergipe inteiro... (FREITAS, 2003).

Com o advento da República, rumo a esse progresso, aponta para a necessidade da educação da mulher, ligando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. A ênfase na escolarização feminina vinculava-se à função social de educadoras dos filhos (FREITAS, 2002).

Em mais uma tentativa de avançar e criar estratégias de sucesso para a educação, começa a surgir em Sergipe os primeiros grupos escolares. Os quais passam a marcaram também as primeiras décadas da República. E, é a partir de 1911, no governo de José Rodrigues da Costa Dória, que o Estado inaugura o modelo dos grupos escolares... A implantação dos grupos escolares incorporava o projeto político civilizador da República e a possibilidade de corrigir as deficiências das escolas isoladas, consideradas ineficientes, com precário atendimento, e vulnerável ao poder político local dos municípios e povoações onde eram situadas... A criação dos grupos escolares passou a representar o ideal da escola republicana (OLIVEIRA, 2004). É também nessa época que surge o ensino profissionalizante, que aos poucos passam a aceitar também meninas.

Apesar de ser um período de nossa história em que a mulher era muito reprimida, extremamente controlada, bastante “limitada”, vigiada pela figura masculina e por toda sociedade; é também notável que algumas fugiram à regra da época. Isso porque, ao terminar o curso normal, acabavam exercendo o magistério na própria instituição a qual estudou e também em escolas públicas. Outras, até iam além, segundo Anamaria de Freitas, existia “um significativo grupo de diretoras de escolas femininas em Sergipe, em um período em que a mulher, submetida ao *patrio poder*, quando solteira, ou ao poder legal do marido como chefe



da sociedade conjugal, necessitava de autorização para assinar contratos de trabalho, sendo considerada incapaz no tocante ao exercício dos direitos civis e políticos” (FREITAS, 2002.p.1).

Destaquemos ainda alguns pontos fundamentais e esclarecedores, tais quais (1) as mulheres nunca foram passivas ao domínio autoritário, patriarcal e abusivo os quais sofreram. Elas sempre resistiram e lutaram para alcançar o seu espaço; (2) as mulheres das camadas populares sempre trabalharam para ajudar no rendimento familiar; (3) as mulheres que conseguiram estudar e se destacar na sociedade no período a que estamos analisando, não são mulheres das camadas populares. Com rara exceção, pode ser encontrados relatos de pelo menos uma mulher que não era de família abastada e que no entanto se destacou por sua escolaridade. Mas, isso não era algo comum do período, pelo contrário, o sobrenome das alunas indicam o pertencimento às famílias privilegiadas, relacionadas à elite política, algumas ligadas a grandes empresas comerciais, outras que possuíam intelectuais renomados, outras eram filhas de pais que ocupavam cargos significativos na administração pública (FREITAS, 2003).

Algo que contribuiu para o enfoque e visibilidade feminino na época foi a imprensa. Mais precisamente os jornais e revistas, não só os editados em Sergipe, mas também, em outros Estados. Por meio dos quais foi possível acompanhar a vida pública de algumas sergipanas, entre tais Quintina, Maria Rita e Ítala.

Essas três sergipanas foram destaque na tese de doutorado sobre Educação, Trabalho e Ação Política, da professora Anamaria Bueno de Freitas. No referido trabalho, FREITAS(2003) vem mostrar que apesar de “Qintina, Ítala e Maria Rita terem sido professoras em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, nenhuma delas foi aluna da Escola Normal. Quintina foi aluna no ensino primário e secundário em uma instituição privada de ensino e Ítala e Maria Rita realizaram o curso secundário no Atheneu” (p.53).

Destaca ainda que as alunas que procuravam as escolas públicas para o ensino secundário deveriam ser aprovadas em um exame rigoroso de admissão na Escola Normal ou no Colégio Atheneu, sendo que na Escola Normal, receberiam formação para o magistério. No Colégio Atheneu, poderiam se preparar para os exames de seleção para os cursos superiores (FREITAS, 2003). Observamos então, na trajetória de Maria Rita<sup>5</sup> e Ítala Silva de Oliveira que as mesmas pretendiam cursar o ensino superior. Tanto que Maria Rita se tornou a primeira advogada em Sergipe. Após concluir o curso secundário, a mesma foi para Salvador, em 1923, estudar na Faculdade de Direito da Bahia, formando-se em 1926, sendo a terceira mulher a concluir o curso na instituição. Era a única mulher na sua turma (FREITAS, 2003). Algo

peculiar dessa mulher, é que sua família não possuía o mesmo nível econômico e cultural, que a família das outras duas (FREITAS, 2003).

Já Ítala, de família abastada, ao buscar o Atheneu para realizar o curso secundário, fica evidente que a mesma pretendia realizar um curso superior. E, em 1921, foi para Salvador a fim de realizar o curso de Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se como parteira em 1922. Em novembro de 1927, recebeu o grau de Doutora em Ciências Medico-Cirúrgicas, a partir da defesa da sua tese, intitulada “Da sexualidade e da Educação Sexual”. Ítala Silva de Oliveira foi a primeira sergipana diplomada em medicina. E clinicou no Rio de Janeiro como clínica geral e ginecologista.

## **2.2 DESMISTIFICANDO A IDEIA DE SUPERIORIDADE DO HOMEM EM RELAÇÃO A MULHER**

A análise da obra, é uma parte essencial para que entendamos o pensamento da autora.

Ítala escreve seu trabalho dividindo-o em prefácio e mais três partes; subdivididas em capítulos. Na primeira parte, Ítala trata da questão dos órgãos genitais, também chamados no referido trabalho, de órgãos da reprodução, tanto o masculino quanto o feminino. Deixa claro que a descrição dos órgãos genitais a qual ela faz nos capítulos 1(um) e 2(dois) é para introduzir o assunto ao qual ela trabalharia e assim facilitar o entendimento do que se seguiria. Aborda também a relação existente entre o sistema nervoso e o aparelho da geração.

Na segunda parte, escreve sobre a fecundação; sobre as razões que a fizeram escolher falar sobre o sexo, e o que é que determina o sexo.

Já na terceira parte, ela descreve a importância e necessidade da educação sexual; os prejuízos e reformas; a questão feminista; em torno da puberdade; entre casados; na velhice e as considerações finais. Mostra claramente que sua atitude de escrever tal trabalho era um ato de ousadia.

Analisando a Tese: “Da Sexualidade e da Educação Sexual”; da médica Ítala Silva de Oliveira. Pode-se notar que, em sua introdução ao trabalho, a autora fala sobre o princípio da vida, que seria a fecundação. Ela afirma que o homem nunca está satisfeito no saber, está sempre buscando cada vez mais conhecer, é o “eterno insatisfeito”. Mas, mostra porém, que o homem não se preocupa com o que, para ela, seria de maior importância, que é o descobrir e conhecer a si mesmo. Para evitar o que ela chama de “moléstias venéreas”, associadas a “um número sem conta de agentes outros degenerativos” os quais mancham a vida do homem “nas suas nascentes” (p.14).

Embora a autora coloque aqui a reprodução como algo fundamental para a espécie, fala que o homem é egoísta e só pensa em seu próprio prazer, não se preocupa com a reprodução, mesmo sendo esta uma finalidade biológica ao ser vivo. Já que, segundo Ítala: “o homem como todos os animais, que animal também ele o é, vive sobre o duplo domínio da nutrição e da reprodução”. Fala ainda que a “pendência que o homem tem do infinito, ao ilimitado é innata ao ser vivo, não há como escapar-lhe” (p. 15).

Segundo a autora, nenhum ser foge a finalidade biológica de “nascer, crescer, viver e completar-se multiplicando-se”; nenhum ser normal, bem se vê, diz ela, “não incluímos aqui causas de ordem moral ou religiosa que impedem ao homem o exercício da função genésica, porque ainda aqui, a função não se executa, mas, nem por isso a necessidade deixa de se fazer sentida” (p. 15).

É interessante que Ítala coloque a relação sexual como algo que seria doloroso ao homem, e que por isso ele não se submeteria a algo do tipo, se não tivesse uma recompensa. E essa recompensa é o “gozo ou prazer”. Diz que “a espécie se extinguiria sem uma providência natural”. E a natureza, que de mil modos trabalha, numa providência invejável para se perpetuar, cria o prazer no ato do amor, inventa ciladas e arma emboscadas, como para lhe tornar menos sensíveis as asperezas e as crueldades todas” (p.16).

Ítala diz que vem daí o estímulo da mulher de usar diversos artifícios para seduzir seu companheiro, do contato íntimo e fecundo desses dois seres, do qual a vida brota “fecunda na voluptuosidade do amor, nos anseios da carne” (p.16).

Explica que seria impossível estudar funções tão delicadas e importantes, sem ter um conhecimento prévio dos órgãos aos quais estão ligados. Tanto que, é destacável a forma como Ítala se refere ao “aparelho da geração humana”, falando que o mesmo “é composto de 2 partes”, mas que formam um, quando há união das partes. Mostrando dessa forma a importância de escrever os capítulos que se seguem.

Nessa parte da obra, Ítala vem descrevendo de forma detalhada o “*Aparelho Genital Masculino*”; também chamado por ela de aparelho reprodutor do homem. Até mesmo, citando as partes e suas funções. A caráter de exemplificação, citarei algumas partes.

Por exemplo, Ítala compara a função dos testículos no homem, aos ovários na mulher. Dizendo que os testículos representam “para o homem o que os ovários são para a mulher”. No sentido de produzir os espermatozoides e os óvulos. E, continua descrevendo não só suas funções, mas também sua localização, a reação de determinadas partes diante de algumas situações. Fala por exemplo que, os testículos “são revestidos de fora para dentro, pela pele delgada, de cor escura, fortemente pigmentada e semeada de numerosas glândulas sudoríparas

e sebaceas. Esse envoltorio cutaneo, muito extensivel e commum aos dois testiculos, é o escroto” ... Que “na sua face interna, apresenta elle uma camada de fibras musculares pallidas” que “se contraem, independente da vontade, sob a influencia do frio, das excitações directas e orgasmo venereo” (p.30).

A autora faz ainda relatos da faixa etária, de quando começa e quando diminui as possibilidades de reprodução no homem.

Outro ponto importante colocado pela autora é o momento da fecundação. O qual ela fala que “a fecundação, o acto mais mysterioso da geração, e o encontro e a conjugação do elemento sexual masculino e do ovolo” (p.49). Esclarece também que, para que isso aconteça é necessário que haja a ereção e por fim a ejaculação, a qual ela define como sendo o termino do “acto carnal” e um reflexo cujo ponto de partida é a excitação dos nervos sensitivos do pênis” (p.51).

Para descrever o “*Aparelho Genital Feminino*”. É interessante que Ela inicia o capítulo, se contrapondo a Siredey (autor que escreveu um tratado sobre ginecologia), o qual fala que o aparelho genital feminino, serve tão somente para a reprodução e o parto. Ítala diz que não. Que tal aparelho é extremamente complexo e “notavel, da puberdade à velhice”. Ambos os autores, fazem comparativo do “aparelho” com o sistema econômico, no sentido de sua complexidade e importância. Ítala porém, destaca que a complexidade e delicadeza do “aparelho gerador feminino” é tanto quanto o “o aparelho gerador do homem”. Neste capítulo, como no anterior, Ítala trata de forma individual, minuciosa e detalhada cada componente do “do aparelho genital feminino” (p.53).

Em determinada parte do capítulo, Ítala chama a atenção para a necessidade da higiene íntima das mulheres, em especial para aquelas que mantem uma “comunhão íntima de todos os dias.” Mostra que a prática anti-higiênica íntima pode conduzir a mulher a “praticas condemnadas, como a masturbação, quando não a desharmonias no casamento” (p. 63). Colocando a higiene como parte do respeito recíproco que deve existir entre homem e mulher. Além das doenças que podem derivarem da falta dela.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi a relação que Ítala fez entre o clitóris na mulher, e o pênis no homem. Ela diz que “o clitorides é a séde do prazer, o órgão da voluptuosidade venerea na mulher” e que “como o penis elle entra em erecção, se bem que menos intensa, sob influencia de imagens, desejos, figuras, leituras ou do contacto” (p.65). Mostrando com essa constatação que o “aparelho genital feminino não serve a única e exclusiva atividade da reprodução.

E, é na parte em que fala que a menina passa da infância para a puberdade, quando do primeiro ciclo menstrual; que Ítala começa a mostrar a importância de educar a mulher.

É quando, segundo Ítala, a mulher ingressa no mundo das “dores”. Ela diz: “é dever acostumar a mulher desde a aurora da puberdade, a suportar valentemente as mil pequenas misérias, ao preço das quaes ella compra as suas mais santas e puras alegrias – as delicias da maternidade, a vida prolongada através de brotos que são a carne da sua carne, o sangue do seu sangue. A missão da mulher mãe na educação dos filhos” ... (p.77) Nesse momento, Ítala critica o sistema educacional dizendo: “a incuria do nosso pessimo systema educativo esquece de ensinar a menina a, desde cedo, conhecer os mysterios do seu sexo, evitando lhe martyrios, falando lhe do zelo à sua saúde, protegendo sua vida, em summa.” (p.78)

Muito, muito interessante quando Ítala expõe sua opinião dizendo “que o asseio” deveria se intensificar, principalmente na questão da higiene intima, mostrando que os órgãos sexuais eram “séde de um exagero de secreção.” É destacável ainda, a parte que Ítala diz claramente “que a mãe olhe sua filha como uma grande amiga”, não lhe escondendo nem as alegrias, nem as tristezas da vida, até mesmo “ensinando a suportar altivamente umas e outras”.

Ítala busca atrair a atenção também, para a necessidade de mudar a forma de relação das famílias nos tratos familiares, mostrando que era errado que a mãe fosse considerada, quase que uma estranha para suas filhas. Ela fala que o resultado dessa “hypocrisia era o prejuizo da saúde, o risco de doenças” (83) ...

No capítulo que se segue, Ítala discorre a respeito da importância do “*systema nervoso e suas relações com o aparelho da geração*”. Comentando que “a conexão dos órgãos genitales com a medula, e por esse intermédio com o cerebro, diz o porque dos esgotamentos intellectuaes consecutivos a excessos sexuaes, ou a supraexcitação genital produzida por pensamentos ou gravuras eroticas.” (p.83) Analisa mais: “assim, pois, como a lembrança ou a visão de um alimento saboroso, excita as glandulas salivares e, por um acto reflexo, faz affluir a bocca, maior quantidade de saliva, tambem a evocação de uma gravura, uma conversa ou uma visão, despertar e fazer entrar em jogo os centros nervoso genito-espinhaes.” (p.84) Comprovando com essas palavras, a ligação existente entre os sistemas acima citados.

Ítala finaliza essa primeira parte explicando que se fazia necessária uma síntese dos assuntos abordados anteriormente, para “preparar o terreno ao assumpto”, e que considerava sua atitude em realizar esse trabalho como um “acto de ousadia”, contando para isso, com a boa vontade de seus mestres.

Dando prosseguimento com a segunda parte, onde no capítulo 1º inicia falando sobre a “*fecundação*”. Expondo um ponto muito importante, ela diz que “a pratica do acto sexual em

si nada tem de immoral ou de impuro.” (p.85) Ela diz que tal ato é tão fisiológico quanto o ato de se alimentar. Deixa claro que explicitará tudo sem rodeios, com toda sinceridade e decência que exige, num trabalho científico e “sem preconceitos mal entendidos.” (p.85)

Ítala chega a falar de forma poética a respeito da reprodução ou do ato sexual. No entanto, deixa bem claro que o objetivo principal da união sexual é a “reprodução continua da espécie.” (p.85) Ela diz que todo romantismo envolvido nesse ato de amor. No fim, é para que haja a união entre os dois elementos essenciais para a reprodução - o ovulo e o espermatozoide.

Outro ponto que merece destaque nesse capítulo, é o que Ítala trata sobre o início da geração, informando que a formação entre homens e mulheres se inicia a partir dos mesmos órgãos, explicitando a questão do hermafroditismo. Só a partir do desenvolver do feto é que os órgãos genitais masculinos e femininos começam a se definir. Ítala mostra isso, quando fala que “ha uma só massa primitiva e essa se tornara órgão masculino ou feminino” (p.94) ... Explica também que para tratar de questões como sexualidade e educação sexual, se faz necessário contextualizar sobre os assuntos anteriores, passando assim para mais uma etapa onde ela dirá a razão de ter escolhido falar sobre sexo.

A autora diz que escolheu falar sobre “*por que o sexo?*”, por ser um sentimento, ou algo, comum tanto a homens como a mulheres. Em resumo, é o meio essencial pelo qual o “homem” se reproduz e perpetua a espécie.

Daí, seguindo para o próximo capítulo, ela mostra de forma clara que, “o que determina o sexo” é “a presença do ovário ou do testículo” (p.106). Porém, Ítala mostra também que existe algo comum em ambos os sexos que os direciona em suas necessidades carnis, que são as glândulas genitais, as quais “influenciam de modo poderosissimo o organismo inteiro” (p. 107) ... Essas glândulas agem no organismo por meio dos hormônios; que são responsáveis por firmar as características sexuais secundarias e o sistema nervoso é responsável por sua ação. Deixando assim mais firmado que as relações sexuais são algo natural, uma necessidade humana. Por isso, enfatiza que é necessário “dar aos 2 sexos uma educação que os eleve e os faça compreender a vida com as suas dores e as suas luctas, mas com as suas compensações e alegrias que ella tambem as tem” (p. 111).

Já na terceira parte, Ítala falará sobre a “*importância e a necessidade da educação sexual*”. Apontando para a insatisfação humana e a necessidade que a humanidade tem de estar sempre em busca de algo, nunca estando satisfeito com o que tem, cita duas coisas as quais o homem está sempre em busca.

Uma delas é a realização de seus sonhos, num esforço em labutar diariamente pelo seu sustento e não satisfeito, em busca de bens materiais; e a busca incessante pela felicidade por

meio do amor. Mostrando assim que, o homem é uma constante em se empenhar por sua nutrição e reprodução. Duas razões indispensáveis para a perpetuação da espécie.

Colocando a nutrição como algo tão importante quanto a reprodução para a espécie. E mostrando que desde os primórdios da vida ensina-se a importância de uma boa dieta alimentar e moderação, mesmo nos hábitos alimentares. Ítala faz um questionamento interessante. Por que, quanto a questão da reprodução, há preconceitos e hipocrisias; e é separada categoricamente da nutrição e vista como função vergonhosa, não podendo nem mesmo “falar à presença de pessoas castas e honestas”? Prosseguindo, Ítala mostra que tal atitude só traz prejuízo ao homem (e a mulher). E explica porque. Ela diz que o “instinto reprodutor é imperioso e fatal.” (p.119) Que “o instinto sexual aguilhoado ainda mais pelo prazer que o conduz à reprodução, si o homem às voltas com sua sexualidade despertada, não tem o conhecimento do mal que o excesso gera, perde a creatura e acarreta soffrimentos ennumerados à sua descendencia”. (p.120)

Ítala indica que sem esse conhecimento e controle, o amor tão esperado não aflora, apenas os instintos sexuais se evidenciam. Ela fala que, para que o amor seja a fonte de inspiração mais bela, é necessário “que o homem não conheça a depravação e o sensualismo grosseiro” (p.121), que não veja a relação sexual como algo voluptuoso, mas que o veja como algo de procriação e beleza. Embora, em seguida Ítala mostra que não é como o homem costuma ver a relação sexual. E diz que isso acontece, pelo fato de esse assunto ser tratado como algo vergonhoso, por as famílias não ensinarem ou não prepararem suas crianças para a vida adulta, os informando que se casarão e se reproduzirão.

Mostra claramente que o homem começava uma vida sexual ativa, mais por curiosidade e por incentivo de companheiros mais velhos, que por necessidade.

Já no caso da mulher, ela diz que “sua sexualidade, se admirando de tudo, à menor cousa tremendo, envenenando, não raro a sua existencia com estultos preconceitos e revoltantes hypocrisias” (p.122).

Ítala expõe que, muito mais imoral que falar de algo tão natural ao homem e a mulher, é a ignorância ou falta de informação sobre o assunto e que o “conhecimento perfeito das funções organicas não tira a pureza a ninguém.” (p. 122)

Ítala mostra também que a falta de conhecimento sobre o assunto e o não falar claramente sobre tal necessidade, por ser encarado como algo vergonhoso e de pouca importância é, segundo ela, de onde vem a falta de “paz individual, sossego de lar e, não raro, a vida, calcadas na lama, porque a ignorancia de uns, os preconceitos de outros, costumes que se julgam tradições imutaveis mandam se deixem a mocidade na ignorancia absoluta da vida

sexual.”(124) E vai além, “o desejo sexual em si não é moral nem imoral, a necessidade sexual é apenas a expressão de uma condição sem a qual a vida se extinguiria: é uma necessidade de um instinto.” (p. 124)

A autora faz questão de destacar que se “a educação é o preparo do indivíduo para a vida completa, não é educativo o methodo que cobre com véu de um pudor indevido, assuntos tão graves, tão vitais.” (p.125) É taxativa em dizer que “o homem só é capaz de dominar os seus instintos quando a educação; a instrução e o domínio da vontade lhe fornecem elementos para tanto.” (p.126)

Ítala acaba fazendo uma severa crítica ao sistema educacional. Diz que educar é dever de todos. Fala da importância da educação sexual nos anos iniciais, para prevenir doenças e hábitos anti-higienicos que podem também resultar em algumas mazelas, e ainda, coloca a educação como um aliado a controlar os instintos.

Algo mais que Ítala deixa bem claro em sua pesquisa é que ela não faz distinção entre homens e mulheres quando fala da importância de educar. Pelo contrário, citando Mantegazza diz: “dê a donzella uma educação mais sabia, mais liberal, que se lhe ensine o que ella não sabe ou sabe mal para que cheia de reconhecimento e de confiança, diante do altar ou diante do magistrado, pronuncie livremente o seu sim”. (p.132)

E continua mostrando que “não é a educação, o conhecimento que tira a ingenuidade da mulher” e segundo seu comentário:

... As faculdades, os lyceus, as escolas, nunca jamais em si, nos seus ensinamentos, corromperam ninguém. A corrupção vem do lar. É a primeira educação frouxa e sem virilizar a vontade que não actua sobre o carácter da mulher, não lhe mostra como refrear as tendências naturaes, não modifica os hábitos adquiridos na vida diaria, não lhe ensina a combater tudo quanto é excitação ao appetite e ao instinto é, em suma, a falência da educação moral na família, na primeira idade, a responsável por quanta scena pouco decente ... (ps.133-134)

É interessante como a autora chama a atenção para a necessidade de uma educação diferente da predominante na época para a mulher, ao alertar que:

Procuremos educar a mulher, aproveitemos as suas aptidões creadoras e produtoras, sim, porque o ideal feminino não pode ser ler romances, curar horas a fio numa vaidade mal sã da belleza da pelle, do polimento das unhas, quando não maldizer a vida, como se ella fôra uma escravidão ou um fardo. Eduquemo-la, porque só o trabalho honesto e fecundo, engrandece e liberta o homem. (p. 134)

Por outro lado, mostra que para desempenhar bem o papel de mãe e saber instruir seus filhos, não permitindo que outros o façam e de maneira distorcida, a mulher precisa ser bem instruída.



É digno de nota como a autora conclui esse capítulo dizendo: “só a ação conjugada da família e da escola poderá levar a cabo a educação sexual, e, quando a tactica de uns e os conhecimentos de outros não forem sufficientes, então, em prelecções especiaes o medico levará o seu auxilio, orientando, explicando”...(p.137)

O próximo capítulo, que Ítala discorre sobre os “*prejuízos e reformas na infância*”. Destaca mais uma vez, que a educação sexual tem que vir da família. Especialmente dos pais. Para que tais não sejam mal iniciados por outros, como amas de leite. Ela diz: “a creança...educada em um meio inteligente tirará um benefício enorme da educação sexual para seu desenvolvimento phisico, moral e intelectual”...(p.140) E ainda que “a educação, o meio social, os hábitos familiares e os exemplos que a creança vê todos os dias imprimem aos seus pendores affetivos sentimentaes, volitivos ou intellectuais”...(p.144)

Ítala aproveita o ensejo e falando sobre a educação, cita a importância de ensinar o asseio desde a infância. Mostrando que os odores pela falta de “limpeza” física podem prejudicar também a limpeza no caráter, que muitas vezes isso ocorre por culpa das mães, por serem doentemente católicas e deixarem de ensinar seus filhos ainda quando criança a importância do asseio, da higiene. E ainda, que a “limpeza corporal na infância, prepara caminho a hygiene sexual, mais tarde.”(p.145)

É bem interessante como Ítala sai em defesa da co-educação, mostrando sua importância para a convivência mutua entre meninos e meninas, homens e mulheres. Até mesmo explicitando que para que o homem aprendesse a respeitar a mulher e vê-la como uma companheira, uma amiga, independente da classe a que ela pertencesse; era necessário que ambos fossem “educados numa sã moral de equilibrio, de verdade e de coherencia moral, que ensine ao homem que a mulher é a base da familia, como a familia é a base da sociedade.” Colocando assim a mulher “em pé” de igualdade com o homem. Ao ponto de afirmar que não há razões para o homem se sentir superior a mulher se ambos são equivalentes, possuem defeitos, qualidades e somente a soma desses dois, conjugada na idade adulta, será capaz de produzir beneficios e utilidades. Portanto, segundo a autora não há “porque elevar um em prejuízo d’outro.”(p.148) Ítala defende seu ponto de vista, usando a questão da reprodução. Mostrando que para haver a geração de um novo ser, é necessário igualmente de ambos, homem e mulher.

Dando sequência, a autora segue adiante onde mostrará “*a questão feminista*”; destacando que homem e mulher tem igual contribuição quando da formação de um novo ser, pois, apenas um desses indivíduos, seria incapaz de se reproduzir. Assim sendo, destaca que o desenvolvimento intelectual por meio da educação tem que ser em igual medida a ambos, para

benefício da espécie. No entanto, diz Ítala, “a verdade é que o papel da mulher na evolução humana, tem sido o de simples espectadora...uma boneca, um animal reprodutor, quase nunca uma creatura capaz de pensar e agir por si.” (p.161)

É categórica ao afirmar que a mulher é tão importante quanto o homem. Dizendo: “a sociedade não é lugar só do homem, a família não é lugar só da mulher. A sociedade é uma determinação da evolução mental e não da evolução ovariana.” (p.164) Fala que até mesmo para ser mãe a mulher precisa ser educada, pois é “necessário que a mulher eduque e só depois de educada ella poderá educar.” (p.165)

Citando Forel<sup>6</sup>, Ítala usa a fala de tal autor para explicar que o feminismo estava sendo mal compreendido até mesmo pelas mulheres. Mostrando que “as mulheres não querem se transformar em homens, o que elas querem são os seus direitos humanos” ...Ítala completa o pensamento dizendo que a diferença existente “entre os dois sexos reside só nas glandulas genitales, porque são ellas que firmando o sexo, fixam os caracteres correlativos a cada um.” (p.166)

Numa abordagem que falará “*em torno da puberdade*”. Ítala, passa a mostrar que o corpo tanto da menina quanto do menino, “se modificam por completo”; que “a puberdade firma o sexo”. Fala da necessidade que tem o ser nessa fase, de ser educado, instruído, orientado por seus pais, fala isso sem fazer distinções, porém, destaca que é importante preservar os meninos dos vícios impuros, ensinando-os “a respeitar a mulher, é a companheira com a qual o homem partilha suas alegrias e pezares pela vida em fóra”. (p.180)

Já no próximo capítulo ela vai mostrar como é, e como deve ser “*entre casados*”. E fala de forma clara, sem rodeios que a mulher tem os mesmos direitos e deveres que o homem. Se no casamento, o homem quer uma mulher virgem. É também o que a mulher deve querer, um homem virgem. Pois, “se a mulher pode e deve ser casta e chegar pura ao casamento, o homem também deve ter essa obrigação, sem o que nada elle poderá exigir”. (p.189)

Afinal, expõe Ítala claramente, “a systematica humana é a mesma, só os órgãos sexuais distinguem o homem da mulher. Ambos nascem, crescem, vivem no mesmo scenario, as funções todas...são lhes similares, a natureza é a mesma e uniforme deve ser o typo de conducta humana.” (p.185) Assim sendo, questiona Ítala, não tem por que escolher dois modelos, duas ordens de moral, uma para o homem, outra para a mulher.

Ítala diz que “o desejo sexual faz parte da organização masculina como feminina.” E garante que se a mulher quiser ser sincera com ela mesma, se ela não for hipócrita, confessará essa verdade. Segue dizendo que “a sexualidade na mulher é a expressão de uma constituição forte, sadia, é a manifestação normal de órgãos que pedem exercicio, trabalho.” (p.187)

Ítala coloca a educação como sendo importante para a mulher porque lhe trará informações, conhecimento em todos os aspectos da vida. Mostra que é também de suma importância a educação sexual, pois, por meio desta a mulher irá conhecer a si mesma, o seu corpo, os seus desejos, e assim, os conhecendo será mais fácil controlá-los, resguardá-los para o momento apropriado; sendo assim, um bem para a espécie.

Destaca que o casamento deve ser por amor, por amor de ambas as partes. E não por conveniências, por interesses econômicos e sociais; muito menos para satisfazer os desejos egoístas dos homens. Trata a primeira relação sexual como algo delicado e importante. E, assim sendo, segundo Ítala, deveria ser conduzida pela mulher. Algo que nem sempre é assim, esclarece ela, pois “o bel prazer do homem ultrapassa o poder da esposa”. (p.192) No entanto, alerta que a mulher quando não realizada sexualmente, poderá isso leva-la a cometer adultério. Isso por que, diz ela: “a mulher não é uma machina, é um ser que vibra, sente, tem direito aos mesmos gozos que o homem no acto sexual; lembrando se disso os maridos evitarão muitos males.” Para “que a mulher seja fiel, carinhosa, amiga” é necessário “que o marido faça a ela sua parte, cumpra os deveres a que se confiou, quando a tomou por companheira.” (p.193) E completa dizendo: “o fim que a natureza se propoz no casamento é satisfazer a concupiscencia dos dois sexos e não de um só.” (p.194) Esclarece que o amor é função comum nos dois sexos, portanto, os direitos e deveres do homem e da mulher são iguais.

Continua fazendo comparativo de igualdade entre os sexos também “*na velhice*”. Mostrando que homens e mulheres quando chegam na velhice, os órgãos da reprodução começam a perder suas funções. Porém, deixa claro que sua capacidade imaginativa ainda funciona bem; os seus órgãos não respondem à altura, pois o vigor físico já não é o mesmo. Ítala vai dizer que a educação sexual ajudará homens e mulheres nessa fase também. Isso por que, segundo ela

A educação sexual bem dirigida, verdadeira, fructificara ainda aqui, ensinando o ser humano, homem ou mulher, a comprehender o que o assaltara na idade critica e como na razão equilibrada e na vontade forte, acharão o apoio onde se acostarão, quando a rajada soprar, no moinho da tempestade. (p.203)

Nas considerações finais, Ítala fala sobre a necessidade de educar a mulher para ocupar bem o seu tempo, com coisas proveitosas como o trabalho e em ser boa mãe. Como também, da necessidade de educar o homem, para que ele respeite sua companheira e fuja da promiscuidade, o que representa um perigo para a espécie, para as gerações futuras.

Além disso, a autora chama a atenção das autoridades competentes quando diz: “interessem-se, pois, nesta obra sanitária, diretores de fabricas, presidentes de sociedades

beneficentes, de ensino profissional e de aprendizagem, patronatos e governo, lar e escola, iniciando, avisando, prevenindo, protegendo.”

Ítala faz uma crítica direta a religião. Dizendo que “cabe ao sábio e ao sacerdote, ensinarem a verdade e guiarem o homem para a bondade e para o perdão”, e que “a religião não é e não pode ser inimiga do amor, não é e não pode ser contra a procriação, nem contra os interesses legítimos da espécie.” (p. 208)

Aproveita para citar exemplos de pessoas jovens, acadêmicos pertencentes a determinada ordem religiosa, que sabiam esperar o casamento o qual lhe traria muito mais do que apenas, satisfação de seus desejos egoístas, mas, uma satisfação integral. Diz que tais pessoas, “são o atestado de que, só a procura única do prazer no casamento como fora desse, é que a religião condena”. Prossegue mencionando que “Jesus eleva o seu protesto indignado no meio do seu povo e no seu tempo é, não contra o instinto em si, mas contra a volupia, contra o sensualismo que então campeava.” (p. 209)

E conclui agradecendo a Faculdade de Medicina da Bahia e aos mestres, os quais lhe confiaram fazer o analisado trabalho.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A obra em si, tem a capacidade de deixar-nos fascinados. A cada capítulo lido, o desejo de avançarmos ao próximo, só aumenta. Mesmo ao enfrentarmos alguns desafios, como o de nos depararmos com termos muito técnicos, comuns à medicina. Porém, era impossível avançarmos na leitura sem imaginarmos e até duvidarmos do que estávamos lendo. Não por acharmos inverídico, mas, por não acreditarmos na ousadia, como a própria autora reconhece. Ousadia de uma mulher em pleno as primeiras décadas do século XX, enfrentar toda uma sociedade extremamente patriarcalista e moralista, e discorrer sobre sexualidade e educação sexual. Mostrando que havia falhas dentro dessa estrutura familiar, aparentemente forte. Explicitando o fato da religião não ajudar a inculcar os princípios morais, ao contrário, até mesmo atrapalhava beatificando as mulheres ao invés de lhes ensinar a verdade.

Opinando quanto ao casamento, dizendo que só deveria ser realizado quando existisse reciprocidade no amor, e não por desejos sexuais egoístas e nem por interesses, como era comum à época. Ítala desafiou toda uma sociedade onde a mulher não tinha muito valor, quando criticou o sistema educacional por não educar devidamente as mulheres. De não lhes dar as mesmas oportunidades de se educarem, se profissionalizarem e trabalharem, como era concedido aos homens.

Nunca, jamais na história, a mulher foi equiparada ao homem. Mas, em sua obra, Ítala não deixa dúvida nenhuma de que o homem, por razão alguma, é superior a mulher. Ao contrário, ela os coloca “em pé” de igualdade, dizendo até mesmo, que o homem precisa aprender a respeitar a mulher e vê-la como sua companheira, independentemente de qualquer coisa. Uma vez que não existe reprodução sem a mulher. Se para reprodução, a mulher é tão importante quanto o homem, também o é, em outros campos da vida.

Ítala, no entanto, não foge ao comum da época em colocar toda a responsabilidade de educar os filhos nas mãos da mãe. Também apoia o pensamento da época de que a mulher deve ser casta e resguardar sua virgindade para o casamento.

Porém, ela foge à regra no que diz respeito ao prazer na relação sexual. É bem clara ao falar que, assim como o homem, a mulher tem seus desejos carnis que precisam ser devidamente satisfeitos e que é algo tão natural e necessário quanto se alimentar. Alerta que o sistema reprodutor na mulher, não serve único e exclusivamente a reprodução, mas também a uma necessidade comum ao ser humano, que deve ser satisfeita na mulher, tanto quanto no homem.

Ao nosso modo de ver, essa obra é, historicamente falando, de suma importância para nos ajudar a entendermos a raiz das razões as quais a nossa sociedade é tão machista e preconceituosa, em se tratando de mulher. Já lá no século XX, na década de 20, Ítala alertava para o perigo de não educar os homens, da necessidade que se tinha de dar aos homens um tipo de educação, onde eles respeitassem as mulheres. Uma educação que ajudasse a entender que as mulheres tem direitos iguais aos seus, e que não há nada de inferior na mulher, que a deixe com menos valor que o homem. Já naquela época, Ítala alertava para a importância de educar sexualmente, no intuito de prevenir as infinitas doenças venéreas, as quais trazem prejuízos à saúde.

As tantas atrocidades, de violência contra a mulher, que presenciamos atualmente; acreditamos que, em parte se dá, por termos deixado de considerar alertas tão importantes, quanto os que essa médica fez em sua tese, na década de 20. Apesar de a mulher estar, aos poucos conquistando seu espaço, com muita luta, garra e coragem.

Estamos longe de ser uma sociedade em que a mulher tem seu espaço e é devidamente respeitada, vista como a companheira do homem e não como sua subalterna, como um objeto de sua propriedade.

**ABSTRACT:** The present work was carried out in order to provide more information about the historiographic trajectory of the History of Women; Explaining the reasons why a medical woman, Ítala Silva de Oliveira in the early years of the twentieth century, decided to write about sexuality and sex education, thus facing a whole society extremely macho, patriarchal and with deep religious ideals. For this study, we rely on bibliography to understand the gender discussion in historiography. Our source was the medical thesis that Ítala Silva de Oliveira elaborated to finish the medical course in Bahia in 1927. From her thought, it is emphasized the categorical orientation that the woman should have the same rights as the man with regard to education, Marriage and sexuality.  
**Keywords:** Woman; education; sexuality.

## **REFERÊNCIAS:**

### **FONTE:**

Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia. Cx.: Teses

OLIVEIRA, Ítala Silva de. Da sexualidade e da educação sexual. Faculdade de Medicina da Bahia, 1927.

### **Obras:**

SOIHET, Rachel. História das mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História:** ensaios de teorias e metodologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 8 ed. - São Paulo: contexto, 2006. 678pgs.

SOUZA, Márcio Ferreira de (org.) Desigualdade de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, 305 p.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Corpo, gênero e sexualidades: problematizando estereótipos. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 73-90, jan./jun. 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. Carla Bassanezi Pinsky; Historiadora. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 159-189, janeiro-abril/2009

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.67-75 1998.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. Margareth Rago; Professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Cadernos Pagu (11)1998: pp.89-98.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 29-62.

GOMES, Gisele Ambrósio. História, Mulher e Gênero. Revista Virtú, Juiz de Fora, v.10, p.1-15, 2010.

RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história: Descobrimos historicamente o gênero. 1ª ed. Edita: CNT- Compostela, Agosto de 2012.

RAGO, Luzia Margareth. Apresentação. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 n. 2 Belo Horizonte, mai./ago. 2015.

HOT, Amanda Dutra. História das mulheres e gênero: uma discussão historiográfica. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP:[s.n.],2003.

GOMES, Anderson Soares. Mulheres, sociedade e iluminismo: o surgimento de uma filosofia protofeminista na Inglaterra do século XVIII. Matraca, rio de janeiro, v.18, n.29, jul./dez. 2011

BEUVOIR, Simone de. O segundo sexo: I fatos e mitos. 4ª edição. Tradução de Sérgio Milliet; capa de Fernando Iemos. Direitos exclusivos para língua portuguesa: Difusão Europeia do Livro, São Paulo,1970.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. Mandrágora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antonio. O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. *História e perspectivas*, Uberlândia (53): 295-314, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. O Ensino primário em Sergipe na primeira república. Tese de Doutorado. São Carlos, SP, 2004.

SOUSA, Antônio L. Temas de História de Sergipe: “parte do outro lado da modernização...”: Aracaju e os homens pobres nas primeiras décadas do século XX. São Cristóvão: Cesad/história da UFS, 2010.

MELLO, Janaina Cardoso de. Mulheres, violência e (in)justiça em Sergipe(1909-1912). *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas – Universidade Federal da Paraíba V. 5 - Nº 01 - Ano 2016*.

MAYNARD, Andressa Santos Cruz. A caserna em pólvora: a revolta de 1924 em Sergipe. Recife, 2008.

ANDRADE, Elia Barbosa de. A educação primária feminina nos discursos dos presidentes da província de Sergipe: implantação da co-educação em Sergipe no século XIX. 2007.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Educando mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: possibilidades e tendências. *Revista do mestrado em educação*, São Cristóvão – Sergipe, v.4, n.1, p.45-65, 2002.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Mulheres sergipanas nas primeiras décadas do século XX: Educação e inserção social. *Cadernos CERU*, série 2, n.14, 2003.

---

<sup>1</sup> Iluminismo trata-se de uma filosofia de origem burguesa, de caráter revolucionário e racionalista (busca esclarecer por meio do saber). A razão é a luz que conduz o homem à verdade do conhecimento. Caracteriza-se pela materialização dos fenômenos e pelo Empirismo (a observação permite a elaboração de uma teoria científica). Teve sua origem no final do século XVII, na Inglaterra com John Locke no contexto da Revolução Gloriosa de 1688, justificando-a pela razão. Locke é considerado o pai do Iluminismo.

<sup>2</sup> Chama-se Brasil Império, o período da história do Brasil que se iniciou com a independência, em 07 de setembro de 1822.

<sup>3</sup> É uma forma de governo em que o chefe de estado é eleito pelos representantes dos cidadãos ou pelos próprios cidadãos, e exerce sua função durante um tempo limitado. O período republicano no Brasil teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e vigora até os dias de hoje.



---

<sup>4</sup>- Segundo Reinado é um período da história do Brasil, que se iniciou com fim do período regencial em 23 de julho de 1840 com a declaração da maioria de Pedro de Alcântara, e teve o seu término em 15 de novembro de 1889, quando a monarquia constitucional parlamentarista vigente foi derrubada.

<sup>5</sup> Para saber mais sobre a história de Maria Rita, ver o trabalho completo: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP:[s.n.],2003.

<sup>6</sup>- Dr. August Henri Forel(1848-1931) era um psiquiatra mundialmente renomado, neuroanatomista, micromecologista, reformador social e promotor da paz mundial. Suas obras coletadas (1907) incluíram uma descrição do que é agora conhecido como os campos tegmentais de Forel e a zona incerta. Em 1887, ele descreveu as unidades funcionais celulares dentro do cérebro, estabelecendo as bases para o que mais tarde se tornaria conhecido como a teoria dos neurônios. Ele também estudou o tálamo e o hipotálamo e deu descrições detalhadas dos nervos trigeminal, vago e hipoglosso. Seu trabalho foi honrado com a nomeação do decussation tegmental ventral após ele. Forel lutou contra o alcoolismo e dedicou seu trabalho a inúmeras reformas sociais, além de defender a paz mundial. Como um devotado pacifista, ele tentou acabar com a Primeira Guerra Mundial. Uma década antes de morrer, Forel tornou-se membro da Fé Baha'i e foi uma influência fundadora para a Assembléia Espiritual Nacional dos Baha'is da Suíça. Sua imagem apareceu em selos postais suíços e notas de banco de 1.000 francos.